

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O exercício de 2016 foi um dos mais desafiadores para o setor e para a Pamplona Alimentos S.A. nos últimos anos, quando a demanda por seus produtos e os níveis de preços foram fortemente impactados pela recessão oriunda de incertezas políticas e econômicas que assolaram o país ao longo do ano. Este cenário econômico adverso exigiu da administração da Companhia, medidas assertivas e serenidade na condução dos negócios para a superação das dificuldades conjunturais do curto prazo, e na continuidade da construção das bases estruturais para o crescimento no médio e longo prazo, mantendo o foco na gestão do caixa e das dívidas. Para isto a Pamplona Alimentos S.A. redimensionou as plantas de industrializados existentes, o que permitiu a melhoria da

eficiência operacional e financeira, utilizando-se de estruturas de produção tecnologicamente mais avançadas, que podem ser percebidas, fruto de investimentos recentemente realizados. Com estas ações a Companhia expandiu e diversificou o volume de vendas de produtos industrializados e intensificou a sua atuação no varejo nas regiões sul e sudeste, ampliando a sua base de clientes, fundamentais para enfrentar o ano de 2016 que apresentou um ambiente de incertezas e volatilidade. Um marco neste ano foi o honroso reconhecimento em ser a Pamplona Alimentos S.A. a primeira empresa do Brasil a ter o direito de utilizar-se do Selo de Origem Brazilian Pork, marca setorial da exportação brasileira de suínos, que é mantida pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). No contexto desses desafios a receita operacional bruta (ROB) atingiu R\$ 1.040 milhões, (R\$ 999 milhões em 2015), crescimento de 4%, ainda que prejudicada pela continuada desaceleração da economia e pelo declínio de preços das carnes e das taxas de câmbio ao longo do ano que se refletiram no resultado. Os custos foram impactados pela elevação dos preços das principais commodities (milho e soja), notadamente ao longo do primeiro semestre, não sendo repassado aos preços

nos diversos canais e/ou mercados, em razão da baixa demanda, ocasionando assim uma redução na margem bruta. Dentre os resultados operacionais e financeiros da Companhia no ano de 2016, destacam-se: O EBITDA no período apresentou queda, R\$ 17,4 milhões, (margem de 1,88%), (7,24% em 2015), resultando num prejuízo de R\$ 5,4 milhões (margem de -0,58%), (4,13% em 2015), decorrente da desaceleração econômica. Ressalta-se que apesar do cenário macroeconômico desafiador, a Companhia manteve os investimentos em imobilizado e intangível que visam à modernização das fábricas, processos industriais e agropecuários, elevando assim a capacidade de atender as exigências dos mercados, totalizando R\$ 21 milhões, (R\$ 50 milhões em 2015). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo, cresceu em razão do desempenho financeiro e da política de investimentos, encerrando o ano com R\$ 200 milhões, (R\$ 140 milhões em 2015). Reconnhecemos, que os resultados em 2016 ficaram aquém do planejado face às adversidades e a crise sem precedentes que atingiu o país. Que a reversão de grande parte do prejuízo acumulado no primeiro semestre só foi possível devido à força de nossas marcas, a preferência dos nossos clientes pelos nossos produtos, fruto da tradicional qualidade reconhecida aos mesmos e da moderna

tecnologia empregada nos processos produtivos, aliado ao nosso modelo de distribuição no país e no exterior. Temos a convicção de que o ano de 2017 começa repleto de desafios e apenas reforça o nosso comprometimento com a superação dos mesmos. Continuaremos investindo, no fortalecimento das marcas, em inovação e no aperfeiçoamento de processos e produtos, no esforço por aumento da produtividade e na ampliação da capacidade da Companhia visando atender um conjunto cada vez maior de clientes, mantendo níveis adequados de lucratividade. Informamos que será submetida à deliberação da AGO, prevista para o dia 28 de abril de 2017, proposta de destinação do prejuízo do exercício de 2016 de R\$ 5,4 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 1,7 milhões e da absorção do prejuízo remanescente de R\$ 3,7 milhões pela reserva de retenção de lucros. A Pamplona Alimentos S.A. agradece os seus clientes, acionistas, integrados, instituições financeiras e fornecedores por acreditarem e darem suporte ao seu crescimento, e especialmente aos 2.500 colaboradores pelo trabalho, empenho e dedicação na produção de alimentos de excelente qualidade, visando oferecer sempre aos seus clientes produtos práticos e saudáveis.
Rio do Sul, 22 de março de 2017. A Administração

Balanços patrimoniais | Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo Circulante	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.533	39.832	Financiamentos e empréstimos	12	148.652	109.431
Contas a receber de clientes	5	110.478	102.816	Fornecedores		96.830	89.251
Estoques	6	51.108	51.579	Salários, encargos e contribuições sociais		13.845	14.876
Ativos biológicos	7	97.311	82.956	Obrigações tributárias		6.153	6.182
Impostos a recuperar	9	77.130	61.065	Comissões a pagar		1.968	2.114
Outras contas a receber		2.229	1.853	Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	1.414	4.800
Total do ativo circulante		362.789	340.101	Outras contas a pagar		7.418	7.665
Não circulante				Total do passivo circulante		276.280	234.319
Depósitos judiciais	8	6.340	5.119	Não circulante			
Impostos a recuperar	9	22.846	21.228	Financiamentos e empréstimos	12	76.769	70.033
Ativos biológicos	7	12.206	17.366	Provisão para contingências	8	28.826	36.655
Outras contas a receber		2.842	3.255	Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	21.892	33.040
Total do realizável a longo prazo ..		44.234	46.968	Outras contas a pagar		4.375	4.833
Propriedades para investimentos		2.229	2.229	Total do passivo não circulante		131.862	144.561
Intangível		3.342	3.120	Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	293.149	289.047	Capital social	13.a	146.000	132.700
Total do ativo não circulante		342.954	341.364	Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	77.247	78.983
Total do ativo		705.743	681.465	Reservas de lucros	13.c	74.354	90.902
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Total do patrimônio líquido		297.601	302.585
				Total do passivo e patrimônio líquido		705.743	681.465

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		123.800	80.739	4.911	55.668	-	265.118
Integralização de capital	13.a	8.900	-	-	-	-	8.900
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.661)	-	-	2.661	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	905	-	-	(905)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	37.467	37.467
Constituição de reserva legal	13.c(i)	-	-	1.873	-	(1.873)	-
Constituição de reserva de lucros	13.c(ii)	-	-	-	28.450	(28.450)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	(8.900)	(8.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		132.700	78.983	6.784	84.118	-	302.585
Integralização de capital	13.a	13.300	-	-	-	-	13.300
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.630)	-	-	2.630	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	894	-	-	(894)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(12.900)	-	(12.900)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(5.384)	(5.384)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c(ii)	-	-	-	(3.648)	3.648	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		146.000	77.247	6.784	67.570	-	297.601
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1. I CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e oito granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de quatorze centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, quatro em São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul e os demais nos estados do Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigoríficas, à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. I BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 22 de março de 2017. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 7** - Ativos biológicos; **• Nota 8** - Depósitos judiciais e provisão para contingências; **• Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; **• Nota 11** - Imobilizado.

3. I PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	928.475	907.578
Custo dos produtos vendidos	17	(830.484)	(763.105)
Lucro bruto		97.991	144.473
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(81.772)	(77.251)
Administrativas e gerais	17	(13.423)	(12.841)
Outras receitas operacionais		707	588
Resultado antes do resultado financeiro		3.503	54.969
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	17.351	29.764
Despesas financeiras	18	(37.386)	(35.722)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.532)	49.011
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	-	(11.031)
Diferido	10	11.148	(513)
Resultado do exercício		(5.384)	37.467
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.020.152	982.496
Outras receitas	2.529	2.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(674)	(89)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(651.277)	(586.925)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(176.320)	(172.950)
Valor adicionado bruto	194.410	225.113
Depreciação, amortização e exaustão	(13.922)	(10.727)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	180.488	214.386
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	17.351	29.764
Outras	3	2
Valor adicionado total a distribuir	197.842	244.152
Distribuição do valor adicionado empregados		
Remuneração direta	64.911	67.987
Benefícios	1.314	1.393
FGTS	7.248	5.907
Tributos		
Federais	19.636	35.009
Estaduais	71.263	59.552
Municipais	143	134
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	37.385	35.722
Aluguéis	1.326	981
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(18.284)	28.567
Juros sobre o capital próprio	12.900	8.900
Valor adicionado atribuído	197.842	244.152
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(5.384)	37.467
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	13.922	10.727
Impostos diferidos	(11.148)	513
Resultado na venda de ativo imobilizado	3.263	6.960
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	(7.829)	3.122
Juros e variação cambial não realizadas	13.285	12.031
Variáveis nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(7.662)	(18.263)
Estoques	471	(14.772)
Ativos biológicos	(9.195)	4.951
Impostos a recuperar	(17.683)	(11.645)
Outras contas a receber	37	(796)
Depósitos judiciais	(1.221)	(2.095)
Fornecedores	7.579	1.819
Contas a pagar e comissões	(850)	2.315
Obrigações tributárias	(29)	2.252
Salários, encargos e contribuições sociais	(1.031)	2.301
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(23.475)	36.887
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	196	402
Aquisição de ativo imobilizado	(21.109)	(50.011)
Aquisição de intangível	(596)	(285)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(21.509)	(49.894)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(13.564)	(13.406)
Empréstimos tomados	210.093	159.997
Pagamentos de empréstimos	(163.885)	(160.202)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.987)	(7.774)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos	29.685	(22.285)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(15.299)	(35.292)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	39.832	75.124
No fim do exercício	24.533	39.832
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(15.299)	(35.292)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	(5.384)	37.467
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(5.384)	37.467
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é

revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social: Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo. **d. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e armazenados são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresente diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço. **e. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas em seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **h. Ativos intangíveis:** A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. **l. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de

renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios encerrados após 31 de dezembro de 2016. Tais normas e alterações são as seguintes: **(i) Iniciativa de Divulgação (Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10)** - As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. **(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. **(iii) CPC 47 - Receita de contrato com clientes** - O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. **(iv) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)** - A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. I CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	91	118
Bancos	2.334	979
Numerários em trânsito - US\$	17.705	12.689
Aplicações financeiras	4.403	26.046
Total de caixa e equivalente de caixa	24.533	39.832

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário com rendimentos entre 50% a 100% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se a cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. I CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
No País	72.998	68.659
No Exterior	37.765	34.378
Total	110.763	103.037

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: (285) (221)

6. I ESTOQUES

	2016	2015
Produtos acabados	34.647	36.358
Produtos em elaboração	4.235	4.237
Matérias-primas	2.639	2.259
Materiais secundários	5.130	4.452
Mercadorias para revenda	2.134	2.782
Almoxarifado	2.323	1.491
Total	51.108	51.579

11. I IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação

	Terenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2014 ..	93.324	93.379	68.623	2.623	11.664	908
Adições ..	340	565	4.156	276	272	326
Transferência ..	-	17.230	27.736	-	7.714	-
Baixas ..	-	-	(862)	(38)	(1)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 ..	93.664	111.174	99.653	2.861	19.649	953
Adições ..	-	891	10.229	193	801	249
Transferência ..	-	6.205	17.736	5	5.672	1
Baixas ..	-	(4)	(1.616)	(127)	(42)	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 ..	93.664	118.266	126.002	2.932	26.080	955

	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos e compra para entrega futura	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 ..	3.777	388	17.946	29.540	322.172
Adições ..	889	96	43.091	-	50.011
Transferência ..	58	1	(27.834)	(24.905)	-
Baixas ..	(78)	(23)	(6.465)	(7.748)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 ..	4.646	462	26.738	4.635	364.435
Adições ..	260	121	8.365	-	21.109
Transferência ..	18	9	(25.363)	(4.283)	-
Baixas ..	(114)	(14)	(3.036)	-	(5.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 ..	4.810	578	6.704	352	380.343

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

c. Ativos fixos dados em garantias de financiamentos
Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía o montante de R\$ 157.613 em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.

7. I ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2016	2015
Plantel de suínos vivos	107.577	99.018
Plantel de bovinos vivos	131	492
Florestas	1.809	812
Total	109.517	100.322

Ativo circulante: 97.311 (2016); 82.956 (2015)
Ativo não circulante: 12.206 (2016); 17.366 (2015)

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou como base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. O aumento do ativo biológico, deveu-se pelo maior valor de mercado dos suínos quando comparado com o ano anterior, e principalmente pelo aumento do número de cabeças de suínos alojados. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e as reservas de florestas.

8. I DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	2015	2016	2015
Tributárias	5.979	4.964	21.473	20.338
Cíveis	-	4	1.299	3.018
Trabalhistas	361	151	6.054	13.299
Total	6.340	5.119	28.826	36.655

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2016 e de 2015 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.784	20.257	4.262	33.533
Adições	2.598	1.114	546	4.238
Baixas	(83)	(1.033)	-	(1.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.299	20.338	3.018	36.655
Adições	361	1.340	17	1.718
Baixas	(7.606)	(205)	(1.736)	(9.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.054	21.473	1.299	28.826

A redução das contingências cíveis e trabalhistas em 2016, é decorrente do efetivo pagamento das obrigações e do êxito de algumas ações nas esferas administrativas e/ou judiciais.

Tributárias

Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS.

Contingências possíveis

A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 62.609 (R\$ 61.070 em 2015), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. I IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
ICMS	44.767	40.272
COFINS a recuperar	23.139	16.162
PIS a recuperar	5.821	4.948
IPI a recuperar	73	96
Antecipações de IRPJ	18.162	14.471
Antecipações de CSLL	8.014	6.344
Total	99.976	82.293

Circulante: 77.130 (2016); 61.065 (2015)
Não circulante: 22.846 (2016); 21.228 (2015)

ICMS: Em razão das exportações, a Companhia acumula créditos de ICMS que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e com vendas de produtos industrializados, para o qual está previsto um aumento de volume nos próximos exercícios. Além disso, parte destes créditos podem ser usados para compra de matéria-prima através de processos de transferências a fornecedores ou a terceiros.

PIS e COFINS a recuperar: O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação e compras de ativo permanente, os quais deverão ser realizados por meio de pedidos de ressarcimento junto às autoridades fiscais, ou compensação com débitos tributários federais. **Antecipações de IRPJ e CSLL:** O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos realizados em anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição.

10. I IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97	75
Provisão para contingências	9.393	10.763
Provisão impostos indiretos a estornar	2.627	2.627
Provisão para comissões	477	511
Provisão variação cambial passiva	442	978
Prejuízos fiscais do imposto de renda	10.438	922
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	4.350	924
Outras diferenças temporárias	2.820	3.316
Total	30.644	20.116

Passivo
Custo atribuído: (39.794) (40.678)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos: (6.452) (7.187)
Provisão variação cambial ativa: (118) (243)
Provisão sobre reavaliação: (2.404) (2.551)
Outras diferenças temporárias: (3.768) (2.497)
Total: (52.536) (53.156)

Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

(21.892) (33.040)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2016 nos seguintes exercícios:

	IRPJ	CSLL
2017	4.071	1.466
2018	4.438	1.598
2019	1.929	1.286
Total	10.438	4.350

O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2016	2015
Resultado antes dos impostos	(16.532)	49.011
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	5.621	(16.664)
(Adições) excluídos permanentes		
Despesas não dedutíveis	(139)	(441)
Receitas não tributáveis	1.280	2.535
Juros sobre o capital próprio	4.386	3.026
Imposto de renda e contribuição social..	11.148	(11.544)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(11.031)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.148	(513)
Total	11.148	(11.544)
Alíquota efetiva	67%	24%



continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

12. I FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2016	2015	
Capital de Giro	18,50% a.a.	2017	R\$	463	2.015	
	4,50% a 10,50% a.a.	2020	R\$	51.361	57.522	
	11,25% a.a.	2017	R\$	9.815	-	
	15,46% a.a.	2017	R\$	7.302	-	
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	14.131	-	
	100% CDI + 0,25% a 0,40% a.m.	2019	R\$	27.076	16.463	
Investimentos	3,25% a 5,00% a.a. + variação cambial	2017	US\$	55.003	39.413	
		5,00% a 7,50% a.a. + TJLP	2026	R\$	11.739	9.121
		6,50% a 8,00% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	6.932	9.181
		8,70% a.a.	2022	R\$	701	837
		2,50% a 9,50% a.a.	2024	R\$	39.664	43.548
		100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	796	730
Arrendamento mercantil	1,21% a.m.	2018	R\$	438	634	
				225.421	179.464	
				148.652	109.431	
				76.769	70.033	

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2018	19.173
2019	16.873
2020	9.887
2021	9.420
2022	9.254
2023 - 2026	12.162
Total	76.769

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 12.373 que possui cláusulas restritivas "debt covenants" que incluem a manutenção de determinados índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente, os quais não foram atingidos em 31 de dezembro de 2016. Contudo a Companhia recebeu o waiver para os referidos covenants, razão pela qual manteve as parcelas do contrato a vencer no passivo não circulante, de acordo com seus vencimentos originais.

13. I PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 está representado por 324.058 ações ordinárias sem valor nominal. Em 19 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 4.800 com aumento de 4.917 ações ordinárias, os quais foram totalmente integralizados mediante a capitalização dos dividendos e juros sobre capital próprio creditados aos acionistas, sendo que o capital social passou de R\$ 132.700 para R\$ 137.500. Em 13 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 8.500 com aumento de 9.141 ações ordinárias, os quais foram totalmente integralizados mediante a capitalização dos dividendos e juros sobre capital próprio creditados aos acionistas, sendo que o capital social passou de R\$ 137.500 para R\$ 146.000. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2016 houve uma realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.630 para a realização do imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 894 sendo R\$ 1.736 o valor líquido de realização, remanescente um saldo de R\$ 77.247 (R\$ 78.983 em 2015). **c. Reservas de lucros: (i) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2016 em razão do prejuízo apurado no exercício, não houve constituição de reserva legal. **(ii) Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Durante o exercício de 2016 parte da reserva de retenção de lucros foi distribuída na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, totalizando o montante de R\$ 12.900. O prejuízo remanescente apurado no exercício de 2016 no montante de R\$ 3.648 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, o saldo remanescente no montante de R\$ 67.570, destina-se a investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2017 e reforço do capital de

14. I DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2016 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 12.900 (R\$ 8.900 em 2015), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em novembro de 2016. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. Do total de R\$ 12.900 de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas em 2016, R\$ 8.500 foram capitalizados (nota explicativa 13.a), R\$ 1.000 foi pago aos acionistas em 15 de dezembro de 2016, remanescente o saldo de R\$ 1.414 (R\$ 4.800 em 2015) no passivo circulante, líquidos dos efeitos fiscais. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.386 (R\$ 3.026 em 2015) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

15. I INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. **b. Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **(ii) Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	24.533	39.832
Contas a receber de clientes	110.478	102.816
Total	135.011	142.648

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. **c. Risco cambial:** A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a exposição cambial estava assim representada:

	2016		2015	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	5.433	17.705	3.250	12.689
Contas a receber	11.588	37.765	8.804	34.378
Passivo				
Empréstimos	(16.877)	(55.003)	(10.094)	(39.413)
Contas a pagar	-	-	(237)	(927)
Adiantamentos de clientes	(55)	(179)	-	-
Exposição líquida	89	288	1.723	6.727

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **d. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **e. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria. **f. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **h. Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo: O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	4.403	4.403	26.046	26.046
Numerários em trânsito	17.705	17.705	12.689	12.689

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	110.478	110.478	102.816	102.816
Empréstimos e financiamentos	225.421	225.421	179.464	179.464
Fornecedores	96.830	96.830	89.251	89.251

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. **• Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. I RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2016	2015
Receita Operacional Bruta		
Venda de produtos mercado interno	616.457	574.692
Venda de produtos mercado externo	421.796	422.531
Venda de mercadorias	1.600	2.198
Total	1.039.853	999.421
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(91.676)	(74.918)
Devoluções e abatimentos	(15.090)	(13.096)
Ajuste a valor presente	(4.612)	(3.829)
Receita operacional líquida	928.475	907.578

17. I DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	2016	2015
Custos e despesas de vendas e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	662.072	591.007
Despesas com pessoal	64.911	67.987
Depreciações e amortizações	13.922	10.727
FGTS	7.248	5.907
Benefícios a empregados	1.314	1.393
Despesas com energia elétrica	23.324	22.064
Outras receitas e despesas	152.888	154.112
Total	925.679	853.197
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	830.484	763.105
Vendas	81.772	77.251
Administrativas e gerais	13.423	12.841
Total	925.679	853.197

18. I RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros ativos	8.338	9.867
Variações cambiais ativas	8.790	19.614
Outros	223	283
Total	17.351	29.764
Despesas financeiras		
Juros passivos	(23.574)	(19.156)
Variações cambiais passivas	(12.738)	(15.878)
Outros	(1.074)	(688)
Total	(37.386)	(35.722)
Resultado financeiro líquido	(20.035)	(5.958)

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona Presidente	Alidror Lueders Vice-Presidente	Elvio de Oliveira Flores Conselheiro	Edina Pamplona Conselheira	Osmar Peters Conselheiro	Guilherme de Borja Pamplona Conselheiro	Fabio Ayres Marchetti Conselheiro
--	---	--	--------------------------------------	------------------------------------	---	---

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters Diretora Presidente	Júlio César Franzói Diretor Comercial	Sérgio Luiz de Souza Diretor Financeiro	Adilor Ascari Bussolo Diretor Industrial	Valdecir Pamplona Junior Diretor de Expansão e de Novos Negócios	Edival Justen Diretor de Suprimentos e Logística
---	---	---	--	--	--

Contador

Élvio Justen
CRC/SC - 028194/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Pamplona Alimentos S.A.
Rio do Sul - SC
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à

Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração

das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações



Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89

Brazilian
Pork



—★ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de

maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 22 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini

Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

pamplona.com.br



Pamplona



PARANÁ



Saudável



RioSul